

Projetos de extensão do Curso de Bacharelado em Enfermagem de uma universidade pública brasileira

Extension projects of Nursing Graduation Course in a Brazilian public university

Darlyane Antunes Macedo

Mestre em Saúde Coletiva. Instituição: Universidade Estadual da Bahia. Departamento de Educação - Campus XII - Guanambi.

Rubens Bedrikow

Doutor em Saúde Coletiva. Instituição: Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Saúde Coletiva.

Resumo

O tripé da universidade pública - ensino, pesquisa e extensão, tem a extensão como principal instrumento de inter-relação da Universidade com a sociedade. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Enfermagem (DCNs), o projeto pedagógico deve prever atividades complementares e mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, como os programas de extensão. Esta pesquisa analisou projetos de extensão desenvolvidos no Curso de Bacharelado em Enfermagem de um campus da Universidade do Estado da Bahia. Objetivou traçar os perfis dos projetos de extensão, identificar as estratégias de Educação utilizadas nesses projetos e conhecer a opinião dos coordenadores acerca da extensão universitária. Metodologia qualitativa mediante análise do conteúdo do Sistema Integrado de Planejamento, e de entrevistas semi-estruturadas realizadas com os coordenadores. Predominou o perfil social/acadêmico, priorizando a busca de solução para problemas sociais e a construção de sujeitos que participam de sua própria história e da sociedade em que estão inseridos, com resquícios do modelo assistencialista; temas vinculados aos interesses dos coordenadores ou as suas linhas de pesquisa; contribuição relevante de discentes na execução; uso de metodologias participativas, oficinas, rodas de conversa, ações educativas e de promoção; limitação imposta pela carga horária de atividades curriculares; dificuldade de deslocamento por falta de transporte; empenho pessoal de docentes coordenadores - inclusive de aporte de recursos financeiros próprios, para garantir a continuidade dos projetos e

participação de discentes voluntários; subutilização do Sistema Integrado de Planejamento; necessidade de maior articulação com as atividades de ensino intramuros e os projetos político-pedagógicos da instituição; e fragilidade do processo de avaliação formal dos projetos.

Palavras-chave: Relações Comunidade-instituições; Universidades; Enfermagem.

Abstract

The three pillars of public university are teaching, research and extension. The latter pillar became the main instrument of relationship between the University and society. According to National Curricular Guidelines for Nursing Graduate Courses, the pedagogical project must provide complementary activities for the use of acquired knowledge. This study examined extension projects developed in the Nursing Bachelor Course of a campus of the State University of Bahia. The objective of this study was to evaluate the profiles of these extension projects, to identify the educational strategies and to know the project coordinators'

opinion regarding University extension. Qualitative methodology by means of analysis of the content of the Integrated System of Planning's report, filled in by the project coordinators, and of semi-structured interviews conducted with project coordinators. The study found predominance of social/academic profile, with priority on the search for solutions that minimize the impact of social issues, with some remnants of the assistentialist model; topics linked to coordinators' interest or their research line; students's relevant contributions at the execution phase; use of participative methodologies, workshops, rounds of conversation, educational and health promotion activities; limitations imposed by large curricular academic load; displacement difficulties; personal commitment of teachers in order to keep the projects going; under-utilisation of the Integrated System of Planning; the need for better interaction between teaching activities inside and outside the university walls and the political-pedagogic project of the University; and fragility of the formal evaluation process of the University extension program.

Keywords: Community-Institutional Relations; Universities; Nursing.

Introdução

A extensão universitária é um dos três pilares da universidade pública, juntamente com o ensino e a pesquisa, e o principal instrumento de interrelação da universidade com a sociedade. É um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político capaz de promover a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. ⁽¹⁾ Segundo Jezine, existiriam três formas de conceber a extensão: assistencialista, acadêmica e mercantilista. ⁽²⁾

De acordo com a concepção assistencialista, a

extensão seria um complemento ao ensino e à pesquisa, capaz de sanar lacunas deixadas por ambos, e suas ações consistiriam na oferta de cursos, treinamentos, na lógica da prestação de serviços e de transmissão do conhecimento. A concepção social/acadêmica pressupõe que a interação entre a universidade e a sociedade seja pautada por questões relevantes para a sociedade, e considera o sujeito um ser em construção que participa de sua própria história e da sociedade em que está inserido. Suas ações não são esporádicas, temáticas, e sim contextualizadas a partir do quadro social, com

uma missão social clara, onde o sujeito é protagonista do conhecimento construído. A concepção mercantilista, por sua vez, parte do pressuposto que a universidade é detentora de um produto – o conhecimento - que pode e deve ser “moeda de troca”, priorizando as necessidades e demandas do mercado.

As DCNs, consideram os programas de extensão como um dos mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante de que podem lançar mão as Instituições de Ensino Superior no sentido de contemplar atividades complementares.⁽³⁾

Com vistas na relevância social da extensão, o plano Nacional de Educação - PNE (Lei 13.005,2014) atribui, dentre as diversas estratégias para a educação superior, a integralização de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação. Destaca que essa integralização do currículo ou curricularização deve ocorrer por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social. Esse aspecto traz um grande desafio às instituições de ensino superior brasileiras, pois será necessário repensar suas concepções e práticas extensionistas, o currículo e a própria universidade, tendo em vista a potencialidade dessa ação.⁽⁴⁾

A partir do que foi apresentado em 2014, com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, o Ministério da Educação estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira

e regimentou o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005. Com essa resolução as universidades passam a ter um prazo para efetividade da curricularização da extensão, no que tange os dez por cento estabelecidos em lei.⁽⁵⁾

A Educação em Saúde pode ser definida como um processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população e não à profissionalização ou à carreira na saúde, sendo capaz de aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores. Se opõe à mera ação de transmissão, característica daquelas salas de espera temáticas, carregada dos atributos de uma educação “bancária”, característica da Educação para a Saúde, na qual os profissionais de saúde ensinam uma população “ignorante” o que precisaria ser feito, definindo o assunto, metodologia, dia, local e horário e não em consonância com as demandas da comunidade/sociedade que a recebe.

A Educação na saúde, por sua vez, consiste na produção e sistematização de conhecimentos relativos à formação e ao desenvolvimento para a atuação em saúde, envolvendo práticas de ensino, diretrizes didáticas e orientação curricular.

Nessa perspectiva é esperado que as ações de extensão universitária tenham como pilar a Educação em Saúde, pautada na Educação Popular, capaz de problematizar sobre as demandas apresentadas pela sociedade, num trabalho de via dupla.^{(6), (7) (8)} Esta pesquisa

analisou projetos de extensão do Curso de Bacharelado em Enfermagem em um dos campi da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O objetivo foi traçar os perfis dos projetos de extensão, identificar as estratégias de Educação utilizadas nesses projetos e conhecer a opinião dos coordenadores dos projetos acerca da extensão universitária.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que para exploração dos documentos, empregou a análise do conteúdo dos dados que constam nos projetos do Sistema Integrado de Planejamento (SIP), preenchido pelos coordenadores dos mesmos, e na parte qualitativa utilizamos de entrevista semiestruturada com os coordenadores selecionados a partir da análise dos projetos do SIP. A coleta ocorreu no período de janeiro a março de 2018 para a parte documental, e de maio a agosto de 2018 para as entrevistas.

A coleta documental foi realizada após emissão de todos os formulários de projetos cadastrados no SIP, pelo setor da universidade responsável em acompanhar e orientar docentes coordenadores dos projetos e seus monitores, o Núcleo de pesquisa e extensão (NUPE), a partir dos critérios de inclusão e exclusão fornecidos pelos autores ao setor.

Para organização e análise dos dados, dos vinte e sete projetos fornecidos pelo NUPE, com aplicação dos critérios de inclusão e exclusão,

oito foram tabulados, agrupados em uma tabela a partir de eixos constitutivos, que nos ajudou a organizar todas as informações pertinentes a pesquisa. Desse princípio então, partimos para análise de todos os dados ali expostos, com base nas leituras realizadas.

Seguida a coleta documental foram mantidos os oito projetos para entrevista, pois esses atendiam aos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Os critérios de inclusão - projeto desenvolvido por professor vinculado ao curso de bacharelado em enfermagem; estar com ações sendo desenvolvidas no período da coleta. Critérios de exclusão - projetos não coordenados por docentes do referido curso; projetos que ainda não começaram suas atividades no período da coleta e projetos vinculados à pesquisadora.

Diante da leitura, organização e análise dos dados referentes a coleta documental, dos oito projetos de extensão universitária selecionados para entrevista, sete entrevistas foram realizadas com docentes coordenadores dos projetos, pois, uma docente não pôde ser entrevistada em razão de não mais trabalhar na UNEB por ocasião da entrevista.

O conteúdo das entrevistas foi analisado pela técnica da análise temática. Definimos quatorze categorias iniciais, posteriormente reagrupadas em oito intermediárias e, finalmente, em três categorias finais.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual

de Campinas com parecer nº2.427.249, de 11 de dezembro de 2017.

Resultados

Com vistas na análise do relatório do SIP estruturamos nove eixos constitutivos: 1) tema central; 2) área/subárea; 3) palavra-chave/descritor; 4) público alvo; 5) objetivo geral; 6) metodologia; 7) educação; 8) pessoas envolvidas na construção do projeto; 9) retorno para comunidade e academia. Quanto as entrevistas em três categorias finais 1) Universidade e comunidade; 2) Extensão e educação na saúde - flexibilidade e adaptabilidade; 3) Realidade e desafios da educação na saúde em projetos de extensão.^{(9) (10) (11)}

A partir da análise documental os temas de interesse dos projetos elencados foram: saúde do trabalhador, saúde do adolescente, hipertensão arterial, infecção hospitalar, trauma e auto-ajuda. Cinco projetos foram registrados na área/subárea Enfermagem/Enfermagem da Saúde Pública e três na área/subárea Saúde Coletiva/Saúde Pública.

A construção dos projetos, segundo os relatórios do SIP, ocorreu a partir da colaboração de docentes e alunos - bolsistas ou voluntários. Chama a atenção o número de alunos envolvidos na construção de cada projeto: em seis projetos, apenas um aluno; em um projeto participaram dessa etapa dois alunos, e o fato do registro de um projeto não fazer menção a nenhum aluno - ator primordial na estrutura de

atividade extensionista. No entanto, essa informação não se confirmou na análise do conteúdo das entrevistas, pois existem projetos que contam com cerca de dez e até vinte alunos. A existência de alunos sem bolsa revela não ser essa, a única ou principal, razão para a participação discente nos projetos analisados.

Hoje se não me engano, são cerca de 10, uma é bolsista, uma bolsista Proapex. As restantes são voluntárias, como agora para o projeto de IC aí nós teremos mais duas, que articulam com a extensão, que já são voluntárias. (P3/categoria 2)

O público-alvo dos projetos foi composto por acadêmicos do curso de enfermagem e de outros cursos da UNEB, profissionais do hospital geral e da UNEB, trabalhadores informais do mercado municipal, cuidadores de idosos, e adolescentes de escola pública e de área de abrangência de Estratégia de Saúde da Família. A análise dos públicos-alvo revela que os projetos tendem a, realmente, chegar na comunidade, sair fora dos espaços da universidade e até de unidades de saúde.

Não obstante manifestarem a intenção de alcançar retorno para a comunidade e para os acadêmicos, e a descrição de metodologias participativas e ações interativas, a forma como são registrados os projetos dá a entender que eles ainda estão significativamente atrelados a modelos tradicionais de prestação de serviços. De regra, os projetos tendem a beneficiar a comunidade mediante o acesso a informações, ampliação da capacidade de discernimento e atuação sobre sua saúde. Contudo, são poucos

os registros de ações políticas, de caráter emancipatório, tanto no âmbito da saúde como da sociedade/comunidade. Nas entrevistas, o caráter social/acadêmico, político e emancipatório aparece mais nitidamente.

Tem essa vontade de transformação, que é o que o projeto de extensão sempre traz. E o público com o qual a gente trabalha, é muito vulnerável! E o alunado, se eles pudessem... nossa, eles queriam, cada um levar uma criança para casa. Mas a gente precisa mostrar também que aquela criança precisa se defender. Como em uma das oficinas, que a gente mostrou para eles, que porque a mãe dele é diarista, porque ele mora em uma condição social hoje, vulnerável, que ele vai passar a vida toda dele naquele contexto. A referência também de nossos alunos que são negros, pobres... da essa base para eles. Porque eles não imaginam que um negro, um pobre pode entrar na universidade, pode ser um DOUTOR. (p1/categoria 1)

De acordo com o relatório do SIP, houve predomínio da Educação em Saúde. O projeto sobre infecção hospitalar usou a educação continuada. Educação permanente esteve presente no que trata sobre trauma. O projeto que teve por objeto a saúde do trabalhador da UNEB se valeu de oficinas. Ao cotejar o conteúdo do relatório com o conteúdo das entrevistas, percebe-se uma certa confusão no uso das expressões educação continuada, educação permanente, educação na saúde e educação em saúde. Em outras palavras, as descrições das ações nem sempre condizem com o conceito usado.

A gente fala muito que faz educação em saúde, e educação na saúde, educação e saúde. Mas, eu sei

que identificar, conceituar, eu penso que eu não consigo. Hoje eu te falo que eu faço educação em saúde, se você vê o meu projeto é direcionado para isso, com transformação social, sobre empoderamento. (p1/categoria 3)

As ações realizadas incluíram reuniões periódicas, oficinas, encontros destinados à promoção da saúde, em geral, com metodologia participativa, mas não explicitam de modo didático como essas ações seriam executadas

A avaliação sistemática das ações não é prática regularmente descrita nos projetos. Pelo menos, não no sentido de buscar aperfeiçoar ou qualificar o retorno à comunidade e o crescimento dos acadêmicos para além do caráter científico. Um projeto cita a avaliação como etapa para posterior publicação da experiência, não contextualizando a prática ao processo construtivista necessário a extensão.

Os coordenadores entrevistados atribuem a flexibilidade e alterações introduzidas nos projetos durante o andamento dos mesmos à uma avaliação constante das ações realizadas, ainda que de forma não institucionalizada ou formal. Os projetos mostraram, quando comparados às entrevistas, divergências entre o que é pensado e o que é executado na prática extensionista. Assim a categoria 2, Extensão e educação na saúde - flexibilidade e adaptabilidade, reflete uma busca para a efetivação desse processo avaliativo, contudo ainda distante do proposto nos projetos físicos constantes no SIP.

Entraves ou obstáculos à concretização de projetos de extensão universitária foram mencionados nas entrevistas, mas não aparecem no relatório do SIP, provavelmente em razão da forma como esse sistema foi elaborado, sem “espaço” para esse tipo de informação. Os principais entraves, descritos nas entrevistas, são a disponibilidade discente (carga horária), logística para transporte, e investimentos financeiros da universidade (bolsas em número e recursos materiais insuficientes). A grande carga horária do curso que teve os projetos pesquisados, e o fato de ser diurno, limita muito a participação dos alunos; restringindo a momentos como finais de semana ou fim de tarde, ou exigindo que faltem em algumas aulas. Esse parece ser o maior entrave. Em relação ao deslocamento dos extensionistas, o fato do grupo não contar com veículo da universidade ou de parceiro - como a secretaria de saúde, limita projetos que ocorrem em bairros mais distantes da universidade, principalmente para alunos sem bolsa.

As categorias foram construídas e estruturadas, com intuito de contemplar todo o material produzido, assim elas se apresentam estruturadas com as falas de alguns participantes, agrupadas de modo a refletir de fato o potencial do trabalho extensionista, pois salienta aspectos da prática e condutas que são tomadas nas intervenções. No entanto, deixa claro também que os projetos no SIP trazem lacunas importantes, pois o descompasso entre os achados nos

projetos e os das entrevistas é perceptível na apresentação dos resultados.

“[...] eu entendo quando eu tou falando dessa ideia, dessa ideia de tripé, o professor ele ganha muito (ele dá ênfase ao tom de voz), é... em especial, por exemplo eu ganho muito, eu ganho muito nesse, nesse processo por que a gente consegue abordar diferentes, diferentes realidades. Isso traz para, tanto o professor quanto para o alunado, uma percepção de realidade que dificilmente ele teria se não tivesse, imerso na comunidade, coisa que o ensino não, não, tem como propor, coisa que a pesquisa não dá conta de fazer. (P05/categoria 1)

“A gente começou a trabalhar muito com a parte de acidente de trabalho, mas a gente viu que eles não se interessavam muito quando a gente falava de acidentes de trabalho, eles se interessavam mais quando falávamos mais de pressão alta. (P03/categoria 2)

Um dos estímulos que eu sinto muita, muita falta ééé... em relação à questão financeira. Que às vezes a gente não tem como promover uma atividade maior, a gente não tem acesso ao transporte, a gente não tem condição de investir em equipamentos, sabe! (P01/categoria 3)

O registro no SIP abre a possibilidade da universidade conhecer o perfil, características e amplitude do seus projetos de extensão. Portanto, revela-se como importante instrumento de acompanhamento e avaliação. Contudo, ao cruzar as informações do relatório com o conteúdo das entrevistas, constata-se inconsistências em relação ao título, duração, público alvo e até metodologia. As alterações não são, via de regra, inseridas no sistema.

Discussão

Não obstante o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX) dispor que a extensão universitária deve existir sob o princípio constitucional (artigo 207) de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sua efetiva e concreta participação na vida universitária se faz, muitas vezes, no contrafluxo desse princípio, haja vista os obstáculos que ainda persistem para que discentes consigam participar das atividades de extensão que, em geral, precisam disputar relevância, grade horária e recursos com as outras duas pernas do tripé universitário.⁽¹²⁾

Na UNEB, os colegiados dos cursos funcionam como órgãos deliberativos, responsáveis pela coordenação didático-pedagógica dos cursos de graduação, tendo, portanto, como foco principal de interesse o ensino. A extensão tem seus critérios de organização, metodologia e funcionamento definidos no Regimento Interno dos NUPEs, da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Essa separação, se por um lado parece valorizar e incentivar a extensão universitária, por outro lado a distancia do processo de ensino.⁽¹³⁾ Talvez essa separação institucional entre o ensino e a extensão dentro do organograma das universidades brasileiras contribua para o distanciamento e até disputa entre essas duas pernas do tripé universitário. Uma saída poderia ser a "curricularização" da extensão, uma proposta presente na agenda da PROEX.⁽¹⁴⁾

Em geral, as atividades vinculadas aos programas de extensão universitária ganham vida e se mantêm ao longo do tempo graças, em grande medida, ao empenho e compromisso pessoal de docentes e discentes, apesar da sua existência dentro do organograma institucional. Isso ficou claro no conteúdo das entrevistas realizadas com coordenadores docentes de projetos de extensão que relataram a dificuldade de contar com discentes tomados por carga horária de ensino volumosa e uso de recurso próprio - por exemplo para transporte, para manter os projetos ativos.

Percebe-se que apesar das limitações existentes e de existir diferenças entre o que foi concebido e o que é executado, os projetos demonstram atender as diretrizes necessárias para uma extensão no perfil social/acadêmico, contudo faz-se necessário que o acesso a essa parte da universidade seja garantido a todos os discentes, numa perspectiva de formação para além do acadêmico, por meio da curricularização da extensão.

Num país como o Brasil, onde há recursos limitados para a Educação, principalmente após o congelamento de gastos por um período de vinte anos, corre-se o risco dessa disputa por recursos se acentuar dentro das universidades públicas, ficando com menor fatia as áreas ou programas considerados menos importantes.⁽¹⁵⁾ Mais do que nunca, o tripé universitário precisaria funcionar em sinergia. Caso contrário, se um dos pés mancar muito, é possível a queda do conjunto.

Outro aspecto importante que emergiu do conteúdo das entrevistas é o papel formativo da extensão universitária. Os principais benefícios dizem respeito à produção científica, às mudanças no perfil dos acadêmicos que adquirem empatia pela realidade que vivenciam, tornando-se mais sensíveis às demandas sociais, às diversidades e desigualdades, agindo com maior respeito pelo saber popular e como agente transformador da sociedade. Objetivos pedagógicos estes que dificilmente seriam alcançados mediante atividades dentro dos muros da universidade. Em outras palavras, as atividades de extensão parecem cumprir papel primordial de ensino de discentes universitários, corroborando ainda mais a necessidade premente de sua "curricularização", isto é, de sua inclusão no currículo dos cursos de graduação superior, e seu planejamento em conjunto com as atividades de ensino tradicionais da universidade. Contudo, as instituições de ensino superior concebem com muito menos frequência essa função de articulação com o ensino do que os instrumentos legais das instituições públicas de ensino superior sugerem.⁽¹⁶⁾

A avaliação dos projetos de extensão parece frágil, pecando por falta de sistematização. A construção e adoção de indicadores viáveis e adequados, pactuados com os coordenadores dos projetos, e o SIP poderia contribuir para a cultura avaliativa do processo. Alguns indicadores foram apresentados e podem ser adotados obedecendo a singularidade de cada região e instituição.⁽¹⁷⁾ Outros devem ser formulados.

Assim a construção dos eixos e das categorias, quando confrontadas refletem um descompasso claro entre o que se escreve e o que se executa no campo. Nesse sentido a subutilização do SIP provoca impactos a curto, médio e longo prazo, pois o monitoramento feito pela gestão da universidade, para planejamento de recursos e distribuição de bolsas, parte dos dados fornecido pelo SIP, como existem inconsistências relevantes registradas, a gestão fica limitada.

As práticas educativas adotadas nos projetos de extensão, sejam elas de educação em saúde ou na saúde, adquirem uma faceta diversa daquela habitualmente usada intramuros, com tendência à maior flexibilidade e adaptabilidade diante do quadro encontrado após seu início, menos rigor pedagógico, maior participação de discentes, caracterizado por rodas de conversa, oficinas, ações de promoção da saúde e uso de metodologias participativas. Como devem dialogar as ações educativas intra e extramuros? A capacitação pedagógica docente, do ponto de vista pedagógico, necessita, muito provavelmente, de atenção e investimento diferenciados por parte das instituições de ensino superior a fim de contemplar as singularidades das atividades de ensino-aprendizagem próprias dos programas/projetos de extensão universitária.

Os temas e os públicos-alvo tendem a ser definidos, via de regra, por interesses individuais dos docentes coordenadores dos projetos de extensão, ainda que em face do

conhecimento de demandas das comunidades envolvidas nos projetos, porém, sem articulação mais íntima com os projetos político-pedagógicos do curso de graduação ou com a própria comunidade. Nesse sentido, é fundamental que os setores das universidades se articulem para promoção de coletivos que discutam as questões da extensão, seu perfil e sobretudo como garantir a curricularização de modo efetivo nos cursos de graduação.

Considerações finais

Mediante a análise do conteúdo do relatório do SIP - onde são inseridos os projetos de extensão universitária -, e das entrevistas realizadas com docentes coordenadores de projetos de extensão, foi possível constatar que os projetos atendem às linhas de pesquisa e os objetos de interesse dos docentes coordenadores, sendo esse o mecanismo de aproximação ou articulação com o ensino e pesquisa, porém, aparentemente sem formulação, elaboração, execução ou avaliação a fim de ser intencionalmente com o projeto político-pedagógico da instituição.

A extensão universitária cumpre papel singular na formação de discentes envolvidos, mas deixa de fora os demais alunos - a maioria, indicando a necessidade de caminhar de mãos dadas com o ensino intramuros. Demonstra que o perfil esperado preconizado pelo FORPROEX é alcançado, em sua maioria, contudo, não de modo estruturado e sim como uma consequência a um trabalho isolado de

poucos docentes e discentes que se inserem na extensão.

As ações promovidas nos projetos são estruturadas num modelo de educação emancipatória, sendo a Educação em Saúde a mais descrita nos relatos das entrevistas, numa busca constante de uma Educação em Saúde nos moldes da Educação Popular em Saúde, contudo existem resquícios do modelo tradicional nos projetos do SIP. Assim, as universidades têm o desafio da curricularização para além de apenas constar o que é requisitado na Lei 13.005,2014, mas também promover a qualificação docente, num processo de sensibilização de todos os envolvidos quanto a busca de uma promoção de educação problematizadora, seja para o discente ou para comunidade/sociedade. Pois, de outro modo pode “extensionar o currículo” e não curricularizar a extensão.⁽⁴⁾

O SIP, constitui ferramenta potencialmente útil para gestão institucional dos projetos de extensão universitária, mas tende a funcionar, em grande medida, como etapa burocrática do processo de registro de projetos de extensão, sendo raramente atualizado após autorização e início das atividades. Em outras palavras, há espaço para a otimização do emprego desse sistema para acompanhamento e avaliação dos projetos de extensão universitária.

Conclui-se que o docente que se insere na universidade pública necessita se ater as demandas do tripé universitário, apropriar-se

do ensino, da pesquisa e da extensão de modo indissociável. Compreender que a extensão necessita ser estruturada, embasada e sobretudo voltada a comunidade/sociedade a

partir das demandas dela, valorizando o conhecimento pré-existente, tornando potente a favorecer mudanças na sociedade, nos discentes e docentes e na própria universidade.

Referências

1. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras - FORPROEX. POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. 2012.
2. Jezine E. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Área Temática de Gestão da Extensão. 2004.3.Ministério da Educação e Cultura (BR). Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. 2001.
4. Brum Imperatore S, Pedde V, Imperatore J.L. CURRICULARIZAR A EXTENSÃO OU EXTENSIONALIZAR O CURRÍCULO? 2015 Dezembro 2, 3 e 4. Mar de La Prata - Argentina.
5. Brasil. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Junho 26 de 2014.
6. Ministério da Saúde (BR). Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Glossário Temático: Gestão do trabalho e de Educação na Saúde. 2013.
7. Freire P. Pedagogia do Oprimido São Paulo: Paz e Terra; 1994.
8. Falkenberg MB MTMESE. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. Ciência e Saúde Coletiva. 2014; p. 847-852.
9. MCS. M. O desafio do Conhecimento. 12th ed. São Paulo: Hucitec; 2010.
10. Silva AH FM. ANÁLISE DE CONTEÚDO: EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA TÉCNICA PARA ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS. Qualit@s Revista Eletrônica. 2015; p. 1 - 14.
11. Carlomagno MC RL. COMO CRIAR E CLASSIFICAR CATEGORIAS PARA FAZER ANÁLISE DE CONTEÚDO: UMA QUESTÃO METODOLÓGICA. Revista eletrônica da Ciência Política. 2016; 17; p. 173-88.
12. Senado Federal (BR). Contituição Federal. Artigo 207. [Online].; 1988 [cited 2018. Available from: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_207_.asp.
13. Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Regimento Geral da UNEB. 2012.
14. UNEB - Unviersidade do Estado da Bahia. UNEB - PROEX. [Online].; 2015 [cited 2018 2018 31 de dezembro. Available from: <http://www.uneb.br/proex/files/2015/11/INFORMATIVO-I-CAMINHOS-PARA-A-CURRICULARIZA%C3%87%C3%83O-DA-EXTENS%C3%83O-NA-UNEB-2.pdf>.
15. Câmara dos Deputados. Emenda constitucional nº95, de 2016 Diário Oficial da União, Seção 1 - 16 dez 2016. [Online].; 2016 [cited 2018 2018 31 de dezembro. Available from: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaco>.
16. INCROCCI LMdMCeATHNd[213p12. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC.; 2018 [cited 2018 2018 31 de dezembro [pp.187-212]. Available from:. ISSN 0102-6992. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-699220183301008>.
17. Lavras CCdC, de Pádua EMM, de Sá MJCN, Porto MTDfPM. 15. A Construção de Categorias e Indicadores para Avaliação Institucional de Cursos, Projetos e Atividades de Extensão Universitária. Belo Horizonte; 2004 [cited 2018 2018 31 de dezembro. Available from: <https://www.ufmg.br/congrent/Avalia/Avalia9.pdf>.

Submissão: 04/012019

Aceite: 27/09/2019